



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

PROCESSO : 0012470-22.2020.6.25.8000
INTERESSADO : SGP

DESPACHO 9399/2020 - SECON

Considerando a instrução realizada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças;
Considerando o Parecer 287/2020 da Assessoria Jurídica, que evidencia a legalidade deste Procedimento.

Atesto a presença dos requisitos necessários à aprovação do Procedimento de Inexigibilidade de Licitação, que tem por objeto a **inscrição de 25 servidores no curso "Design Sprint Aplicado a Projetos de TI (100% Online)"**, a ser realizado no período de 4 a 7/8/2020, nos termos da Solicitação de Contratação da Secretaria de Gestão de Pessoas (0882357), junto à empresa **Live University - Cursos, Treinamentos e Conferências Ltda.**, CNPJ 07.852.512/0001-25, no valor global de **R\$ 25.760,00 (R\$ 1.030,40 por inscrição)**.

(assinado eletronicamente)

Norival Navas Neto

Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

Considerando a manifestação da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças;

Aprovo o presente Procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos acima e com fundamento no **art. 25, II, c/c o 13, VI da Lei 8.666/93 e Decisão TCU 439/1998 - Plenário**

(assinado eletronicamente)

Rubens Lisbôa Maciel Filho

Diretor-Geral

Considerando a manifestação da Direção-Geral;

Ratifico o presente Procedimento de Inexigibilidade de Licitação.

(assinado eletronicamente)

Desembargador José dos Anjos

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ DOS ANJOS, Presidente**, em 24/07/2020, às 07:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor Geral**, em 24/07/2020, às 07:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NORIVAL NAVAS NETO, Secretário de Administração, Orçamento e Finanças**, em 24/07/2020, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0885768** e o código CRC **84F5FF08**.